



**Ata da reunião ordinária de 23 de abril de 2014
da Junta de Freguesia da Vila de Capelas**

Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e catorze, nesta Vila de Capelas e na sala para este fim destinada, reuniu, em reunião ordinária, a Junta de Freguesia de Capelas sob a Presidência de Rui Alexandre Barbosa de Sousa, com os vogais Norberto Manuel Rodrigues da Costa (Secretário) e Carla Alexandra Melo Reis (Tesoureira).

O Senhor Presidente saudou os membros do Órgão Executivo e agradeceu a sua presença na reunião, declarando de seguida aberta a reunião às dezanove horas e trinta minutos.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Precedeu os trabalhos, antes da Ordem do Dia, a apresentação de um voto de pesar pelo Senhor Presidente, o qual se encontra anexo à presente ata, nos termos que se seguem.

Voto de Pesar pelo falecimento de José Botelho do Rego Duarte

Propõe-se, através deste Voto, que seja expresso pela Junta o maior pesar pela morte de um homem que ficará para sempre ligado à história da nossa Vila de Capelas, de que será dado conhecimento à família enlutada.

O Voto de Pesar pelo falecimento de José Botelho do Rego Duarte recebeu assim aprovação unânime, nos termos propostos, com efeitos imediatos.

Calendário para as reuniões de Junta de Freguesia

O Senhor Presidente procedeu de seguida à apresentação de uma proposta de calendário para as restantes reuniões de Junta de Freguesia a realizar no corrente ano. A proposta mantém o princípio anteriormente acordado: a realização de reuniões mensais, na terceira sexta-feira de cada mês, em conformidade com o disposto no artigo 20.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. As datas constantes da proposta acompanham a presente ata como Anexo I.

Foi feita ressalva de que, sempre que se justifique, e designadamente por ocasião da preparação dos documentos previsionais da autarquia ou em momentos de similar relevância, poderão ser realizadas outras reuniões ordinárias ou extraordinárias a convocar pelo Senhor Presidente ou pelos dois membros do Executivo, nos termos dos artigos 21.º e 22.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, respetivamente.

Distribuição de ecopontos

O Senhor Presidente informou o restante Executivo que está agendado com o Agrupamento 800 – Capelas a distribuição dos ecopontos, disponibilizados pela Câmara Municipal de Ponta Delgada, à população da Vila de Capelas no próximo dia 1 de maio.

Licença especial de ruído

Foram presentes à apreciação do Órgão Executivo dois requerimentos para a obtenção de licença especial de ruído.

Assim, e nos termos do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, a Junta deliberou, por unanimidade, emitir as seguintes licenças especiais de ruído:

1. De 25 de maio a 1 de junho, a Alcides da Câmara Ferreira, residente na Rua do Sertão n.º 7 (*Requerimento n.º 01/2014, de 21 de abril*);
2. De 18 a 25 de maio, a Firmino Leite Cordeiro, residente na Rua do Sertão – Bairro dos Baleiros n.º 15 (*Requerimento n.º 02/2014, de 22 de abril*).

Relatório de Atividades da Junta de Freguesia

Por fim, e antes de terminar o Período Antes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente deu a conhecer aos restantes membros do Executivo o Relatório de Atividades da Junta de Freguesia, cujo período de análise considerado foi de 1 de janeiro a 30 de março.

Dando cumprimento ao disposto na alínea e) do número 2 do artigo 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, um exemplar deste relatório foi remetido no passado dia 15 de abril ao Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia, Dr. André Viveiros, através do N/ ofício ref. 102/14.

Por não existirem mais matérias a incluir nos trabalhos no Período de Antes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente deu por encerrado o período de antes da Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA

PONTO 1 – CONTAS DE GERÊNCIA DO ANO DE DOIS MIL E TREZE

Foram submetidos à aprovação do Órgão Executivo, os documentos de prestação de contas do ano económico de dois mil e treze, nomeadamente, Controlo Orçamental de Despesa, Controlo Orçamental de Receita, Execução do Plano Plurianual de Investimentos, Fluxos de Caixa, Contas de Ordem, Mapas de Empréstimos, Outras Dívidas a Terceiros, Operações de Tesouraria, Modificações do Orçamento de Receita, Modificações do Orçamento de Despesa, Modificações ao Plano Plurianual de Investimento, Caracterização da Entidade, Relatório de Gestão, Guia de Remessa, Resumo Diário de Tesouraria, Síntese das Reconciliações Bancárias e Relação Nominal dos Responsáveis. Estes mapas foram presentes nesta reunião, foram assinados pelos membros presentes, encontrando-se integralmente elaborados e devidamente arquivados, estando disponíveis para consulta, quando tal for solicitado.

Os documentos de prestação de contas apresentam um saldo de gerência anterior no total de **1.514,39 € (mil quinhentos e catorze euros e trinta e nove cêntimos)**, sendo **1.020,60 € (mil e vinte euros e sessenta cêntimos)** de execução orçamental e **493,79 € (quatrocentos e noventa e três euros e setenta e nove cêntimos)** de operações de tesouraria. A receita soma um total de **145.629,54 € (cento e quarenta e cinco mil, seiscentos e vinte e nove euros e cinquenta e quatro cêntimos)**. A despesa soma um total de **138.278,77 € (cento e trinta e oito mil, duzentos e setenta e oito euros e setenta e sete cêntimos)**. O saldo total para a gerência seguinte é de **8.687,74 € (oito mil, seiscentos e oitenta e sete euros e setenta e quatro cêntimos)**, sendo **8.371,37 € (oito mil, trezentos e setenta e um euros e trinta e sete cêntimos)** de execução orçamental e **316,37 € (trezentos e dezasseis euros e trinta e sete cêntimos)** de operações de tesouraria.

Nos termos da alínea e) do n.º do artigo 16.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Junta deliberou, por unanimidade, aprovar a prestação de contas do ano económico de dois mil e treze e submeter estes documentos à apreciação da Assembleia de Freguesia.

PONTO 2 – ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL N.º 6

A Junta deliberou, por unanimidade, ratificar a 6.ª alteração orçamental ao Plano e Orçamento de 2014 efetuada no passado dia 2 de abril de 2014. A alteração orçamental consistiu no seguinte:

1. Da rubrica “01.03.05.03.01 – Segurança Social – Regime Geral”, com dotação corrigida de 5.013,70 €, retirou-se 500,00 €, ficando esta rubrica com 4.513,70 €;

2. Na rubrica "02.02.03 – Conservação de bens", com dotação corrigida de 1.500,00 €, reforçou-se com 500,00 €, ficando esta rubrica com 2.000,00 €.

PONTO 3 – REVISÃO ORÇAMENTAL N.º 3

A Junta deliberou, por unanimidade, aprovar a 3.ª revisão orçamental ao Plano e Orçamento de 2014 efetuada no passado dia 12 de abril de 2014, relativas à inclusão das verbas previstas no Contrato Interadministrativo e no Acordo de Execução de Delegação de Competências celebrados com a Câmara Municipal de Ponta Delgada no passado dia 18 de março, com o valor total de **93.794,06 € (noventa e três mil, setecentos e noventa e quatro euros e seis cêntimos)** e do saldo da gerência anterior, no valor de **8.371,37 € (oito mil, trezentos e setenta e um euros e trinta e sete cêntimos)**.

PONTO 4 – BOLETIM INFORMATIVO N.º 1 – ABRIL DE 2014

Pela Vogal Carla Reis foi dado a conhecer aos restantes membros do Executivo a versão final do primeiro boletim informativo deste Órgão Executivo.

Tendo o conteúdo e a informação deste boletim sido apreciada, colocado o mesmo à votação, a Junta deliberou, por unanimidade, aprovar o boletim informativo n.º 1, datado de abril de 2014. Mais deliberou a Junta aprovar a sua distribuição, a título gratuito, a todos os residentes nesta Vila de Capelas.

Pela Vogal Carla Reis foi ainda dado a conhecer, aos restantes membros do Executivo, as propostas de três empresas da especialidade para a prestação do serviço de impressão de 1500 exemplares a cores do referido boletim (*COINGRA, Lda.* – 185,00 €; *Tipografia Insular, Lda.* – 175,00 €; *Tipografia Aníbal, Lda.* – 115,00 €), que é composto por quatro páginas, em formato A5.

No seguimento da apreciação das propostas, e tendo em consideração que a proposta economicamente mais vantajosa é a apresentada pela Tipografia Aníbal, Lda., a Junta deliberou, por unanimidade, aprovar a adjudicação desta prestação de serviços àquela empresa pelo valor de 115,00 € (cento e quinze euros), acrescido do IVA à taxa legal em vigor.

PONTO 5 – APROVAÇÃO DO PLANO DE PAGAMENTOS ACORDADO COM A ASSOCIAÇÃO DE FUTEBOL DE PONTA DELGADA

Pelo senhor Presidente foi descrito aos restantes membros do Executivo os seguintes factos conhecidos:

1. Após a tomada de posse deste novo Órgão Executivo, tomou-se conhecimento que esta autarquia tinha à ordem da Associação de Futebol de Ponta Delgada, adiante designada de AFPD, quatro cheques, pós-datados, totalizando um valor de 17.300,00 € (dezassete mil e trezentos euros);
2. Ao que se pude apurar, tratou-se de "compromisso" informal, assumido pelo anterior Executivo desta autarquia junto da AFPD referente à inscrição de jogadores do Capelense Sport Clube na época de 2012/2013;
3. Mensalmente, e desde o passado mês de outubro do ano de 2012, não havendo previsão para o efeito, tem esta autarquia solicitado à AFPD o não acionamento do cheque que vencia naquele mês, sendo este substituído por outro de igual montante, com data posterior;
4. Até ao momento, a AFPD tem dado prova de boa vontade e tolerância, nunca tendo acionado os referidos cheques;
5. No passado dia 30 de outubro de 2013, a AFPD já tinha dado conhecimento formal deste assunto ao novo Órgão Executivo, através de reunião realizada com o seu Presidente;
6. Posteriormente, e mais uma vez a pedido da AFPD, realizou-se uma nova reunião no passado dia 9 de abril, cujos resultados se encontram expressos no N/ ofício ref. 94/14, de 10 de abril e no ofício da AFPD ref. 881-13/14, de 22 de abril.

Tendo este assunto sido colocado à votação, a Junta deliberou, por unanimidade, aprovar o plano de pagamentos acordado com a AFPD, com início no mês de abril do corrente ano e final no mês de agosto do ano de 2015. Mais deliberou a Junta dar conhecimento desta decisão à Assembleia de Freguesia.

Plano de Pagamentos AFPD - 2014/2015				
Ano	Mês	Valor a pagar	Valor em dívida	Valor/ano
2014	abr-14	1.300,00 €	16.000,00 €	9.300,00 €
	mai-14	1.000,00 €	15.000,00 €	
	jun-14	1.000,00 €	14.000,00 €	
	jul-14	1.000,00 €	13.000,00 €	
	ago-14	1.000,00 €	12.000,00 €	
	set-14	1.000,00 €	11.000,00 €	
	out-14	1.000,00 €	10.000,00 €	
	nov-14	1.000,00 €	9.000,00 €	
	dez-14	1.000,00 €	8.000,00 €	
2015	jan-15	1.000,00 €	7.000,00 €	8.000,00 €
	fev-15	1.000,00 €	6.000,00 €	
	mar-15	1.000,00 €	5.000,00 €	
	abr-15	1.000,00 €	4.000,00 €	
	mai-15	1.000,00 €	3.000,00 €	
	jun-15	1.000,00 €	2.000,00 €	
	jul-15	1.000,00 €	1.000,00 €	
	ago-15	1.000,00 €	0,00 €	

26

PONTO 6 – RATIFICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO DE POSTO DE TRABALHO À EMPRESA VISUALBASE (PROPOSTA N.º 83/RM/BRG/2014 DE 26-03-2014)

Atendendo a que:

1. O computador (Posto de Trabalho) onde está instalado o software POCAL encontra-se obsoleto, com fraco desempenho e com sérios riscos de se perder a informação ali armazenada;
2. E que este executivo levou a cabo uma candidatura junto da DROAP no âmbito do Decreto Legislativo Regional n.º 32/2002/A, de 8 de agosto, para aquisição de um novo computador (N/ ofício ref. 41/14, de 24 de fevereiro);

A Junta deliberou, por unanimidade, ratificar a adjudicação de um novo Posto de Trabalho para esta autarquia, constituído por um computador Databox Processador I3, 4 GB de memória, 500 GB HDD, Windows 7 Professional e Microsoft Office 2013 Home and Business, à empresa Visualbase, pelo valor de 880,00 € (oitocentos e oitenta euros), acrescido do IVA à taxa legal em vigor. Neste valor está ainda incluído a instalação de todo o software da Globalsoft (POCAL, Canideos, TContas).

PONTO 7 – APROVAÇÃO DOS CONTRATOS DE ASSISTÊNCIA E ATUALIZAÇÃO DE SOFTWARE (N.º 3057) E DE FIDELIZAÇÃO DE SOFTWARE (N.º 3058) E RESPECTIVAS ADENDAS

Pelo Senhor Presidente foi dado a conhecer aos restantes membros do Executivo as minutas dos contratos n.º 3057 e n.º 3058 e respectivas adendas a celebrar com a empresa Globalsoft – Business Software Consulting, Lda, com sede na Rua da Boucinha, n.º 6, 4700-760 Panoias, Concelho de Braga.

Tendo este assunto sido apreciado pelo Órgão Executivo e colocado à votação, a Junta deliberou, por unanimidade, aprovar os referidos montantes e as minutas dos contratos e adendas, que se anexam à presente ata.

PONTO 8 – PEDIDO DE APOIO DA BANDA UNIÃO DOS AMIGOS PARA INSCRIÇÃO DE MÚSICOS NUM CURSO DE FORMAÇÃO MUSICAL

Pelo Senhor Presidente foi dado a conhecer aos restantes membros do Executivo o pedido do Senhor Presidente da Banda União dos Amigos, o Senhor Mário Jorge Carreiro, efetuado no passado dia 1 de abril, para a inscrição de músicos num curso de formação musical.

Tendo este assunto sido apreciado pelo Órgão Executivo, a Junta deliberou, por unanimidade, atribuir um apoio à Banda União dos Amigos no valor de 250,00 € (duzentos e cinquenta euros).

PONTO 9 – PEDIDO DE APOIO DA IGREJA NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO – ANGARIAÇÃO DE FUNDOS PARA AS OBRAS DA SACRISTIA

Pelo Senhor Presidente foi dado a conhecer aos restantes membros do Executivo o pedido da Igreja da Nossa Senhora da Apresentação para comparticipação na compra de géneros para confeção de folares da Páscoa com o objetivo de angariação de fundos para as obras em curso na sacristia.

Tendo este assunto sido colocado à votação, a Junta deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio, no valor de 138,08 € (cento e trinta e oito euros e oito cêntimos).

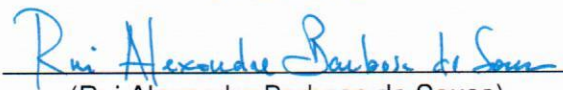
PONTO 10 – ATIVIDADE “CAÇA À BALEIA” – PEDIDO DE APOIO DO AGRUPAMENTO 800 – CAPELAS

Pela Vogal Carla Reis foi dado a conhecer aos restantes membros do Executivo o ofício do Agrupamento 800 – Capelas, datado de 16 de abril, com um pedido de apoio para a atividade denominada “Caça à Baleia” que irá realizar-se no próximo dia 26 de abril do corrente ano, em parceria como o Agrupamento 974 – São Vicente Ferreira.

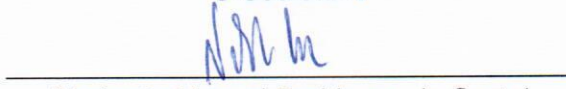
Colocado o assunto a votação, a Junta deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio, colaborando deste modo sumos para os 130 escuteiros do Agrupamento 800 – Capelas, no valor de 51,05 € (cinquenta e um euros e cinco cêntimos).

Não havendo outros assuntos agendados e a tratar, e sendo vinte e duas horas e quinze minutos, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião da qual, e para constar, lavrou-se a presente ata nos termos do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, que por mim, Norberto Manuel Rodrigues da Costa, foi secretariada e que, depois de lida e aprovada, foi assinada por todos os membros deste Executivo.

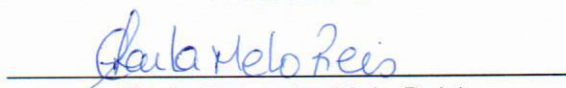
O Presidente


(Rui Alexandre Barbosa de Sousa)

O Secretário


(Norberto Manuel Rodrigues da Costa)

A Tesoureira


(Carla Alexandra Melo Reis)

ANEXO I

DATAS DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS DE JUNTA DE FREGUESIA PARA O ANO DE 2014

Janeiro – 8 (*já realizada*);

Fevereiro – 21 (*já realizada*);

Março – 28 (*já realizada*);

Abril – 23;

Maio – 23;

Junho – 21;

Julho – 18;

Agosto – 22;

Setembro – 19;

Outubro – 17;

Novembro – 21;

Dezembro – 19.

Vila de Capelas, 16 de abril de 2014

Rui Alexandre Barbosa de Sousa



JUNTA DE FREGUESIA DE CAPELAS

VOTO DE PESAR

JOSÉ DO REGO BOTELHO DUARTE

O Executivo da Junta de Freguesia da Vila de Capelas, na pessoa do seu presidente **Rui Alexandre Barbosa de Sousa**, apresenta um sentido **VOTO DE PESAR** pelo falecimento da conceituada e estimada figura da nossa sociedade Capelense, **JOSÉ BOTELHO DO REGO DUARTE**, de 73 anos de idade, perecido no passado dia 15 de abril, após doença prolongada. Nasceu na Vila de Capelas no dia 5 de setembro de 1940, freguesia onde residiu até à data da sua morte.

Para além de reconhecimento profissional e notável figura pública, nutria dedicação especial à família, deixando viúva Maria dos Santos Furtado. Era pai de Maria da Conceição Furtado do Rego Duarte, de Ana Isabel Furtado do Rego Duarte Mota Borges, casada com Alberto Mota Borges, e Sandra Paula Furtado do Rego Duarte casada com Frederico Medeiros. Deixa, ainda, dois netos: Miguel Rego Borges e Catarina Rego Borges.

Como profissional, exerceu funções na SATA, no Aeródromo de Santana, na Casa Bensaúde e, ainda, no Centro de Formação Profissional de Capelas. Em concomitância, com o exercício profissional, desenvolveu igualmente atividade autárquica, sendo membro desta Junta de Freguesia de Capelas, primeiro, e logo após o 25 de abril de 1974, enquanto Secretário ao longo de dois mandatos, e mais tarde enquanto Presidente do Executivo desta Junta de Freguesia, cumprindo três mandatos sucessivos. Era profissionalmente competente e, politicamente, consciente e coerente.

Foi figura influente na sociedade Capelense, na qual era muito estimado e incansável lutador por projetos que promovessem e desenvolvessem a Vila de Capelas, lutando abnegadamente pelos interesses da sua população, como aconteceu através da instalação da Escola Básica e Integrada nas Capelas, da construção de cooperativas habitacionais, da construção do antigo campo de futebol das Capelas, da reabilitação do porto dos poços e piscina natural original, da construção do Edifício-Polivalente das Capelas, o monumento ao baleeiro e a ampliação e remodelação do cemitério.

Ainda no âmbito social e político, José do Rego foi um dos fundadores da Cooperativa Agrícola das Capelas, da qual foi presidente da Assembleia-geral. Foi também um dos fundadores da cooperativa habitacional Capelense-Lar, fazendo, ainda, parte da organização do 1.º Congresso, nos Açores, das freguesias não sede de município.



Rui Alexandre Barbosa de Sousa

30

Pela qualidade da sua intervenção cívica e política na Vila de Capelas, nomeadamente enquanto Presidente de Junta de Freguesia, na qual se bateu desinteressada e vigorosamente em prol dos interesses da freguesia, foi homenageado em 2013 pelo então Executivo da Junta de Freguesia.

Era um cidadão de grandes motivações sociais, um homem bom e generoso, profundamente enraizado social, humana e culturalmente nesta freguesia, que o viu nascer e na sua gente que o viu fazer-se um Homem notável, fascinando-nos a todos pela sua maneira de ser e pelo seu trabalho incansável e prestigiante.

Porque as pessoas só morrem quando nos esquecemos delas, em nome das Capelas e dos Capelenses, é nossa intenção perpetuar a sua memória, mostrar-lhe enaltecimento público e reconhecida gratidão, associando a este Voto de Pesar uma singela, mas justa homenagem, a este grande Capelense, o qual, reconhecidamente, marcou pela frontalidade, coerência e singularidade na sua atuação.

As nossas sentidas condolências à família.

Vila de Capelas, 22 de abril de 2014

O PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA

(Rui Alexandre Barbosa de Sousa)

CONTRATO DE ASSISTÊNCIA E ACTUALIZAÇÕES DE SOFTWARE

N.º 3057

PRIMEIRO OUTORGANTE: GLOBALSOFT - Business Software Consulting, Lda, Cte. n.º 502801824, com sede na Travessa da Boucinha, 6, Freguesia de Panóias, Concelho de Braga, Portugal, representada pelo seu Administrador _____.

SEGUNDO OUTORGANTE: Junta de Freguesia da Vila de Capelas, Cte. n.º 512023271, com sede na Rua Nossa Srª da Apresentação, n.º 3, Capelas, representada pelo membro do executivo, _____.

Entre a GLOBALSOFT BSC e o CLIENTE acima referido é estabelecido o seguinte contrato de assistência que se rege exclusivamente pelas cláusulas seguintes:

- 1) A GLOBALSOFT BSC instalou no CLIENTE a(s) aplicação(ões) designada(s) por **Pocal Simplificado**;
- 2) A GLOBALSOFT BSC aceita prestar assistência ao CLIENTE para a(s) aplicação(ões) designada(s) em 1, nas condições do presente contrato.
- 3) A GLOBALSOFT BSC prestará ao CLIENTE todo o esclarecimento de dúvidas e dificuldades no manuseamento da(s) aplicação(ões).
- 4) Em consequência da celebração deste contrato, o CLIENTE terá o direito a receber da GLOBALSOFT BSC as novas versões da(s) aplicação(ões) referida(s) no n.º 1, sempre que esta tenha interesse geral e não específico.
 - a) Se os programas instalados no CLIENTE tiverem sido objecto de alteração, em relação à Versão Standard de Produção, haverá lugar ao pagamento de um suplemento para a adaptação das novas versões à situação existente.
 - b) O valor do suplemento a pagar pelo CLIENTE será orçamentado a pedido deste.
- 5) O CLIENTE terá direito a receber da GLOBALSOFT BSC as novas versões da(s) aplicação(ões) constante do n.º 1, sempre que haja lugar a alterações levadas a efeito por obrigações governamentais.
- 6) A actualização do software é feita através de download a partir do Portal de Clientes. A GLOBALSOFT BSC não se responsabiliza pelo envio gratuito das actualizações por qualquer suporte físico, nomeadamente em CD por correio.
- 7) O CLIENTE aceita que sejam excluídos do objecto deste contrato todos os erros que ocorram durante a utilização das referidas aplicações, devido a deficiente funcionamento ou manuseamento do sistema operativo instalado na máquina do CLIENTE por elementos estranhos à GLOBALSOFT BSC. O cliente tem gratuitamente 2 incidências mensais.
- 8) A GLOBALSOFT BSC concorda em prestar a assistência ao CLIENTE nos prazos a seguir indicados:
 - a) Havendo bloqueio do sistema, a intervenção será executada no prazo máximo de 72 horas úteis.
 - b) Caso tenha Internet instalada, a intervenção será executada no prazo máximo de 24 horas, e a ligação será feita pelo CLIENTE.
 - c) Assistência a prestar via Call Center, através de telefone ou Internet.
- 9) A GLOBALSOFT BSC concorda em prestar assistência ao CLIENTE nas condições do presente contrato e para a(s) aplicação(ões) indicada(s) no n.º 1, mediante um valor trianual do montante de 630,00€, por monoposto, acrescido da taxa de IVA, podendo a mesma ser actualizada todos os anos, mediante aviso escrito do 1º OUTORGANTE.
- 10) O CLIENTE efectuará o pagamento desse valor à GLOBALSOFT BSC por Débito Directo, em 36 prestação(ões) mensais, da importância de 17,50€, acrescido da taxa de IVA. Mais informamos que, todas as facturas e recibos são enviados para o cliente via e-mail.

a) Será enviada ao cliente uma factura proforma, com o valor da prestação e só após a boa cobrança sera enviada a factura / recibo. Esta situação é somente para os clientes que não tenham como forma de pagamento, Débito Directo.

11) Quando o CLIENTE solicitar os serviços de assistência da GLOBALSOFT BSC (Sede ou Delegação mais próxima) que impliquem deslocação de um técnico para uma distância superior a 10 Kms, pagará o valor correspondente aos Kms percorridos, valor esse que será o que vigorar para os funcionários do Estado transportados em carro próprio, e ainda o tempo de serviço/hora à taxa em vigor, assim como as despesas de alimentação e alojamento que, eventualmente, venham a ser necessárias à prestação dos serviços solicitados.

12) O CLIENTE fica obrigado a pagar à GLOBALSOFT BSC a importância calculada nos termos das cláusulas 9 e 10, nos 10 dias subsequentes à respectiva factura. Caso o CLIENTE não satisfaça tal obrigação nos termos acordados, à GLOBALSOFT BSC assiste o direito de recusar a prestação da assistência, bem como de rescindir o contrato e facturar de imediato o valor da avença até ao final do prazo do contrato.

13) Neste caso, a GLOBALSOFT BSC emitirá um e-mail comunicando a sua intenção, conforme o mencionado na cláusula anterior. O CLIENTE terá 10 dias úteis, após o recebimento da referida comunicação, para proceder à liquidação dos documentos em atraso, e, assim, evitar a rescisão do contrato.

a) Caso o cliente não responda favoravelmente ao pagamento das Facturas em atraso, será emitida uma carta registada para oficializar a rescisão.

14) A falta de cumprimento do estipulado nas cláusulas 9 e 10, implica a suspensão imediata de todos os direitos e garantias consignados no presente contrato.

15) O presente contrato tem uma duração de 36 meses, sendo automaticamente renovável, por novos e iguais períodos de tempo, enquanto não for validamente denunciado nos termos da cláusula seguinte.

16) Qualquer das partes, pode denunciar este contrato avisando a outra com uma antecedência de 90 dias, em relação à data do seu termo, ou do termo da sua renovação. A denúncia fora dos casos atrás previstos, implica o pagamento da avença até ao final do prazo do contrato que estiver em curso.

17) 2º Outorgante fica obrigado a emitir à Globalsoft a declaração do **compromisso assumido**, após o envio da nota de encomenda ou da assinatura do contrato, pelo menos até três meses antes da data prevista para pagamento dos compromissos assumidos nessa data. Do respectivo Compromisso deve constar a data e o valor do compromisso assumido e a indicação do número que releve o compromisso.

A Globalsoft emitirá a respectiva factura com a oposição do número que revele o compromisso como condição de pagamento.

18) O contrato é regulado pela lei portuguesa, sendo apenas válido para o território nacional e anula todo e qualquer contrato anterior. Nenhuma alteração ao conteúdo deste contrato será válida sem ser assinada por ambas as partes. Para todas as questões emergentes deste contrato, é competente o foro da Comarca de Braga, com renúncia expressa a qualquer outro.

Prevalece sobre o presente contrato o previsto na lei número 8/2012, de 21 de Fevereiro – Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso, nos termos do seu artigo 13º, e do disposto no Decreto-Lei nº127/2012, 21 de Junho obrigando-se as partes ao seu escrupuloso cumprimento.

Feito em duplicado e assinado aos ____ de _____ de 20 ____.

O 1º Outorgante

O 2º Outorgante

ADENDA AO CONTRATO DE ASSISTÊNCIA E ACTUALIZAÇÃO DE SOFTWARE Nº3057

PRIMEIRO OUTORGANTE: GLOBALSOFT – Business Software Consulting Lda., Contribuinte nº 504675125, com sede na Rua da Boucinha, nº 6, 4700-760 Panoias, Concelho de Braga, representada pelo seu Administrador José Domingos Costa Quintão do Vale.

SEGUNDO OUTORGANTE: Junta de Freguesia de Vila Capelas, Contribuinte nº 512023271, com sede na Rua de N.º Sr.ª da Apresentação nº3, Capelas, São Miguel, Representada pelo membro do executivo (Presidente) Srº _____

Entre a GLOBALSOFT BSC e o CLIENTE acima referido foi celebrado o presente contrato entre ambas as partes em ____ de _____ de _____, pela qual se procede aos seguintes aditamentos:

Cláusula 9ª

1. A GLOBALSOFT BSC concorda em prestar assistência ao CLIENTE nas condições do presente contrato e para a(s) aplicação(ões) indicada(s) na cláusula 1ª, mediante um valor anual no montante de 630,00€, acrescido da taxa de IVA em vigor na Região Autónoma dos Açores.

Cláusula 15ª

1. O presente contrato tem uma duração de 36 meses, sendo automaticamente renovável, por 12 meses, enquanto não for validamente denunciado nos termos da cláusula seguinte.

Cláusula 16ª

1. Qualquer das partes, pode denunciar este contrato avisando a outra com uma antecedência de 60 dias, em relação à data do seu termo, ou do termo da sua renovação. A denúncia fora dos casos atrás previstos, implica o pagamento da avença até ao final do prazo do contrato que estiver em curso.

Feito em duplicado e assinado aos ____ de _____ de _____.

P/ GLOBALSOFT BSC:

P/ CLIENTE:

CONTRATO DE FIDELIZAÇÃO DE SOFTWARE

N.º 3058



PRIMEIRO OUTORGANTE: GLOBALSOFT - Business Software Consulting, Lda, com sede na Rua da Boucinha, nº 6, Panóias, 4700-760 Braga, com o contribuinte nº 502801824, representada pelo Administrador, _____, designado por Globalsoft BSC.

SEGUNDO OUTORGANTE: Junta de Freguesia da Vila de Capelas, Rua Nossa Srª da Apresentação, n.º 3, Capelas, com o contribuinte nº 512023271 representada pelo Ex.mo Sr. _____, designado por Cliente Final.

É celebrado o presente contrato de Fidelização de Software, que se rege pelos termos e condições das cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª
(Objecto do Contrato)

A Globalsoft BSC disponibilizará ao segundo outorgante o seguinte Software, equipamentos e/ou serviços incluídos, para sua utilização exclusiva, designadamente:

a) Licenças de Canídeos; Prestação de Contas;

Cláusula 2ª
(Duração do período de fidelização)

1. O presente contrato tem uma duração de 36 meses a partir da data da sua assinatura, sendo automaticamente renovável, por um período de 12 meses, enquanto não for validamente denunciado nos termos da alínea seguinte.
2. Qualquer uma das partes, pode denunciar este contrato avisando a outra parte por carta registada e aviso de recepção no prazo de 60 dias em relação à data do seu termo, implicando a devolução do Software e os equipamentos que eventualmente foram instalados ao abrigo do presente contrato.
3. Após denúncia do contrato, o Cliente Final devolverá o software e os equipamentos à Globalsoft BSC, no prazo de 10 dias úteis, após a data do termo do contrato.
4. A denúncia fora dos prazos atrás previstos, implica o pagamento das prestações devidas até finalização do contrato.

Cláusula 3ª
(Obrigações e Direitos do 1º Outorgante)

1. A Globalsoft BSC prestará assistência técnica e actualizará o(s) Software, através do nosso Call Center e Portal Globalsoft (Clientes) ao Cliente Final, pela via Internet e linhas telefónicas directas.
2. O Cliente Final, receberá, por email, informações sobre disponibilização de novas actualizações (email: produto@globalsoft.pt), podendo o mesmo efectuar o download através do Portal de Clientes (mediante username e password disponibilizadas para o efeito). As actualizações serão efectuadas automaticamente, via Internet, mencionadas na cláusula 1ª, sempre que haja alterações levadas a efeito por obrigações governamentais.
3. O Cliente Final compromete-se a respeitar a data acordada e mencionada na cláusula nº4.
4. No caso de incumprimento do(s) pagamento(s) na(s) data(s) acordada(s), assiste à Globalsoft BSC, o direito de recusar a prestação do serviço, bem como de rescindir o contrato e cobrar de imediato o valor das mensalidades devidas até ao fim do período de fidelização, exigindo a devolução do software e os equipamentos, no prazo de 15 dias.

Cláusula 4ª
(Obrigações e Direitos do 2º Outorgante)

35

1. A GLOBALSOFT BSC concorda em prestar assistência ao CLIENTE nas condições do presente contrato e para a(s) aplicação(ões) indicada(s) no nº1, mediante um valor trianual do montante de 900,00€, acrescido da taxa de IVA, podendo a mesma ser actualizada todos os anos, mediante aviso escrito do 1º OUTORGANTE.
2. O CLIENTE Final pagará em 36 prestação(ões) mensais da importância de **25,00€**, acrescido da taxa de Iva em vigor, vencendo-se a primeira prestação na data da celebração do presente contrato e as restantes entre os dias 1 e 10 de cada mês.
3. As prestações subsequentes serão pagas através de **Débito Directo**, nas contas bancárias da Globalsoft BSC.
4. Na eventualidade do cancelamento da ordem de Débito Directo, o Cliente Final obriga-se a efectuar o pagamento nas datas de vencimento da factura, por qualquer outro meio. Caso o pagamento não seja efectuado, nos prazos previstos serão cancelados todos os serviços.
5. O cliente tem gratuitamente 2 incidências mensais.

Cláusula 5ª
(Impedimentos)

1. Fica expressamente proibida a sub colocação ou a cedência, a qualquer título, do software e/ou equipamentos instalados no Cliente Final.

Cláusula 6ª
(Declaração de Compromisso)

1. 2º Outorgante fica obrigado a emitir à Globalsoft a respectiva declaração do **compromisso assumido**, após o envio da nota de encomenda ou da assinatura do contrato, pelo menos até três meses antes da data prevista para pagamento dos compromissos assumidos nessa data.
2. Do respectivo Compromisso deve constar a data e o valor do compromisso assumido e a indicação do número que releve o compromisso.
3. A Globalsoft emitirá a respectiva factura com a oposição do número que revele o compromisso como condição de pagamento.

Cláusula 7ª
(Disposições Gerais)

1. O contrato é regulado pela lei portuguesa, sendo apenas válido para o território nacional e anula todo e qualquer acordo anterior. Nenhuma alteração ao conteúdo deste contrato será válida sem ser assinada por ambas as partes. Para todas as questões emergentes deste contrato, é competente o foro da comarca de Braga, com renúncia expressa a qualquer outro.
2. Prevalece sobre o presente contrato o previsto na lei número 8/2012, de 21 de Fevereiro – Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso, nos termos do seu artigo 13º, e do disposto no Decreto-Lei nº127/2012, 21 de Junho obrigando-se as partes ao seu escrupuloso cumprimento.

Feito em duplicado e assinado aos ____ de _____ de 20____.

O 1º Outorgante

O 2º Outorgante

ADENDA AO CONTRATO DE FIDELIZAÇÃO SOFTWARE Nº3058

PRIMEIRO OUTORGANTE: GLOBALSOFT – Business Software Consulting Lda., Contribuinte nº 504675125, com sede na Rua da Boucinha, nº 6, 4700-760 Panoias, Concelho de Braga, representada pelo seu Administrador José Domingos Costa Quintão do Vale.

SEGUNDO OUTORGANTE: Junta de Freguesia de Vila Capelas, Contribuinte nº512023271, com sede na Rua de N.º Sr.ª da Apresentação nº3, Capelas, São Miguel, Representada pelo membro do executivo (Presidente) Srº _____

Entre a GLOBALSOFT BSC e o CLIENTE acima referido foi celebrado o presente contrato entre ambas as partes em ____ de _____ de _____, pela qual se procede aos seguintes aditamentos:

Cláusula 4ª

1. A GLOBALSOFT BSC concorda em prestar assistência ao CLIENTE nas condições do presente contrato e para a(s) aplicação(ões) indicada(s) no nº1, mediante um valor trianual do montante de 900,00€, acrescido da taxa de IVA em vigor na Região Autónoma dos Açores.

Feito em duplicado e assinado aos ____ de _____ de _____.

P/ GLOBALSOFT BSC:

P/ CLIENTE:
